

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Defensora aponta fraudes no INSS desde 2019

Acessos do 'Careca do INSS' à sede da Previdência serão rastreados

/ CONGRESSO NACIONAL

Primeira testemunha a depor à CPI do INSS, a defensora pública Patrícia Bettin Chaves afirmou a senadores e deputados, nesta quinta-feira, que o primeiro caso de fraude de que se recorda ocorreu entre 2018 e 2019. As irregularidades, de acordo com ela, afetaram principalmente idosos de baixa renda e moradores de comunidades remotas.

Coordenadora de Assuntos de Previdência Social na Defensoria Pública da União (DPU), Patrícia Bettin explicou que havia um padrão nas fraudes. Entre as mais de 30 entidades (associações e sindicatos) autorizadas a descontar mensalidades associativas na folha, algumas falsificavam a autorização de milhares de aposentados e pensionistas que, sem saber, se tornavam associados a elas. As associações fraudaram assinaturas ou autorizações por gravação telefônica – até com uso de inteligência artificial – segundo ela.

A fraude estimada pela Polícia Federal foi de R\$ 6,3 bilhões, valor referente ao período de 2019 até 2024. Os prejudicados demoravam, em média, de dois meses a um ano para perceber as fraudes, segundo a coordenadora.

Patrícia Bettin participa de um grupo criado pelo Ministério Público Federal e composto por diversos órgãos para atuar no combate às fraudes do INSS. Mas ela só passou a se dedicar permanentemente ao trabalho a partir de fevereiro de 2024. "Após os integrantes constatarem o aumento dos descontos ilegais e intensificaram os esforços." Para Patrícia Bettin, a fraude ultrapassa governos, já existia há muito tempo e foi sendo aperfeiçoada com o tempo.



Defensora Patrícia Bettin Chaves foi primeira a depor na comissão

Patrícia Bettin defendeu a proibição do desconto automático de associações e sindicatos em benefícios previdenciários, como prevê um projeto do deputado Sidney Leite (PSD-AM), que tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados (PL 1.846/2025). Outra alternativa para acabar com as fraudes, afirmou, seria exigir do INSS a revalidação anual dos termos de adesão. "Havia uma determinação de que seria feita a revalidação desses descontos (pelo segurado do INSS) de forma anual. Mas a legislação foi alterada: prevê que não haveria mais a necessidade de ser revalidada a cada ano. Isso prejudicou em muito os segurados do INSS."

Os parlamentares discordaram sobre os impactos que duas medidas provisórias, assinadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), tiveram sobre a revalidação.

Segundo o deputado federal gaúcho Maurício Marcon (Podemos), a MP 871/2019 previa originalmente a revalidação anual, mas o Congresso ampliou a obrigatoriedade de revalidação a cada três anos, prazo que foi mantido na sanção da lei (Lei 13.846, de 2019). Já o de-

putado Alencar Santana (PT-SP) citou outra medida provisória (MP 1.107/2022), também do governo Bolsonaro, que levou ao fim da revalidação obrigatória ao ser transformada na Lei 14.438, de 2022.

A revalidação de todos os descontos foi uma das recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) ao INSS em 2024, após auditoria sobre as deduções ilegais. O INSS recorreu da decisão alegando dificuldade de implementação. Até então, a Instrução Normativa 162, de março de 2024, previa que apenas novos descontos exigiriam a autorização do segurado por meio de biometria e de reconhecimento facial.

Patrícia Bettin disse acreditar que o ex-ministro da Previdência Social Carlos Lupi, que ocupou o cargo de janeiro de 2023 a maio deste ano, tinha conhecimento das fraudes, já que o INSS tinha representante no grupo de trabalho criado pelo Ministério Público.

Foi aprovado entre os requerimentos o rastreamento das visitas do suspeito Antônio Carlos Camilo Antunes, chamado de "Careca do INSS", ao órgão e ao Ministério da Previdência entre 2019 e 2025.

Comissões do Senado definem prioridades para LDO

As emendas ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 2/2025) continuam a ganhar forma no Senado. Nove comissões permanentes aprovaram propostas para reforçar metas em áreas como saúde, educação, segurança, meio ambiente e agricultura.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as prioridades e as metas do governo federal

para a elaboração do orçamento anual. As sugestões aprovadas pelas comissões servem para reforçar dotações orçamentárias previstas no projeto da LDO enviado pelo governo. Cada comissão pode sugerir até três emendas, sempre ligadas à sua área temática. Outras cinco comissões já haviam decidido as suas emendas na semana anterior.

Agora, todas as indicações se-

rão avaliadas pelo relator da LDO 2026, deputado Gervásio Maia (PSB-PB). Depois da análise do relator, o texto será votado pela Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Efraim Filho (União-PB), antes de seguir para o Plenário do Congresso Nacional.

Efraim já afirmou que pretende finalizar a votação da LDO na comissão até o dia 3 de setembro.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Produtores rurais pressionam

Produtores rurais do Rio Grande do Sul seguem pressionando deputados e senadores em busca de uma solução para a grave crise de endividamento que atinge o setor. Desde 2018, o Estado já enfrentou cinco secas e duas enchentes, sendo a maior delas em 2024, que devastou 90% do território gaúcho e deixou milhares de famílias em situação crítica. Para agravar ainda mais, na última safra, após as enchentes, uma nova estiagem devastou lavouras inteiras, aprofundando o prejuízo.

Fundo do pré-sal

Na Câmara dos Deputados, foi aprovado o Projeto de Lei nº 5122/2023, que cria uma nova linha de crédito com recursos do Fundo Social do pré-sal para refinar dívidas de produtores atingidos por eventos climáticos. O texto prevê prazos de até 10 anos para pagamento, com três anos de carência e juros limitados a 7,5% ao ano.

Resistência do governo

A matéria chegou ao Senado no início de outubro e, imediatamente, o senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP, foto) protocolou um requerimento de urgência para acelerar a votação. No entanto, com a resistência do governo, o parlamentar tem negociado diretamente com líderes partidários e com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), para viabilizar um acordo que permita levar o projeto ao plenário.



Redução da área plantada

"Essa linha de crédito é fundamental para dar fôlego ao produtor rural, que já vem acumulando enormes prejuízos nos últimos anos. A urgência se justifica pela proximidade do plantio da safra de verão; sem uma solução imediata, corremos o risco de uma redução drástica na área plantada", afirma Heinze. A Expointer, uma das maiores feiras agropecuárias da América Latina, começa na próxima semana, em Esteio, e vai reunir produtores, lideranças e autoridades de todo o País.

Sinalização aos produtores

O deputado federal gaúcho Pedro Westphalen (PP) alerta para a necessidade de uma resposta rápida: "A força produtiva do nosso estado estará reunida e precisa sair de lá com uma sinalização concreta. Os produtores estão aflitos e não podem esperar mais", disse. O governo do Rio Grande do Sul, em conjunto com federações, cooperativas e entidades representativas do setor, estima que o total de dívidas a serem renegociadas chegue a R\$ 70 bilhões só no Rio Grande do Sul. A aprovação do projeto é vista como essencial para evitar o colapso da produção e preservar a economia rural gaúcha.

Fundo social

O deputado federal gaúcho Afonso Hamm (PP) defende o uso do Fundo Social do pré-sal, com mais de R\$ 30 bilhões, para apoiar produtores afetados por desastres climáticos. Ele critica o Poder Executivo por se opor à renegociação das dívidas dos agricultores.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323